

## [Transcript - No rastro digital do dinheiro público: como fiscalizar gastos da União, Estados e Municípios - Leis relativas ao orçamento da União](#)

O vídeo que você que você irá assistir no material complementar obrigatório, do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, explica a função da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que antecede e orienta a elaboração da Lei Orçamentária. A popular LDO estima, para o ano seguinte, o crescimento do PIB, a inflação, a taxa de câmbio, o preço médio do barril do petróleo, o valor do salário mínimo, entre outras variáveis.

A LDO também determina o valor das renúncias tributárias e a margem de expansão das despesas chamadas obrigatórias, ou seja, aquelas que estão baseadas na Constituição ou em leis sem que seja possível reduzi-las por ato exclusivo do presidente da República. A LDO indica, ainda, possíveis alterações na legislação tributária, na política salarial e na contratação de novos servidores.

Uma função muito importante da LDO é fixar a meta de resultado primário para o ano seguinte. A meta de resultado primário é fixada com base no cálculo de tudo que o Governo arrecada menos o que gasta, sem considerar as receitas financeiras e as despesas relacionadas à dívida (juros e amortizações). A meta de resultado primário é fixada após avaliação do cenário macroeconômico para o ano seguinte, considerando parâmetros como taxa de juros, taxa de câmbio, crescimento econômico e o resultado que deve ser atingido para manter a relação dívida/PIB em nível adequado para o país.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada pelo Executivo segundo as diretrizes aprovadas na LDO e conforme o previsto no PPA. A chamada LOA estabelece a previsão de despesas e receitas para o exercício seguinte, sendo encaminhada anualmente ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

O orçamento para 2020 foi aprovado em janeiro prevendo um total de R\$ 3,6 trilhões em despesas. Pela proposta a União fecharia 2020 com um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões, resultado igual à meta fiscal estabelecida para o ano. O enfrentamento ao Covid-19 alterou completamente essa estimativa. No material do curso você encontrará detalhes do orçamento de 2020 e os efeitos do Coronavírus.

Como você também verá no vídeo da CGU, o PPA é o documento de planejamento do governo para um período de quatro anos que abrange o segundo, o terceiro e o quarto ano do mandato do governante eleito e o primeiro ano do governo seguinte, para garantir a continuidade de ações de um governo para o outro. Contém o programa de trabalho do governo e o detalhamento dos dispêndios que serão realizados. É encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República até o dia 31 de agosto do primeiro ano do seu mandato. O atual PPA abrange o período 2020 a 2023 e o próximo corresponderá ao quadriênio 2024 a 2027.

Não deixe também de navegar pelas leituras obrigatórias para absorver conceitos orçamentários essenciais tendo por base os números do orçamento da União para 2020.